

As metrópoles e o capitalismo financeirizado

Copyright © Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, 2020

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.  
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

*A publicação do presente livro foi viabilizada pela utilização dos recursos concedidos ao projeto "Governança e o direito à cidade: conhecimento, inovação e ação para o desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro" (Proc. E-26/203.026/2016) na forma de bolsa Cientista de Nosso Estado (Edital nº 09/2016) pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), a quem agradecemos o seu amparo e apoio. Ressalta-se a continuidade e permanência deste apoio, de caráter fundamental à Ciência brasileira, em parceria ainda com outras instituições de financiamento de pesquisa, no nível federal, cuja existência está vinculada à sustentação de toda pesquisa desenvolvida em território nacional. Desse modo, registramos em complemento nosso agradecimento também às agências CAPES e CNPq, responsáveis igualmente pela construção e permanência de nosso programa INCT Observatório das Metrôpoles.*

EDITOR João Baptista Pinto  
CAPA Rian Narcizo Mariano  
PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO Luiz Guimarães  
REVISÃO Rita Luppi

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

---

R369m

Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz, 1947-

As metrópoles e o capitalismo financeirizado / Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro.  
- 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital : Observatório das Metrôpoles, 2020.  
600 p. : il. ; 15,5x23cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7785-730-2

1. Ciências sociais. 2. Urbanização - Brasil. 3. Capitalismo. Política urbana - Brasil.

I. Título.

20-64362

CDD: 307.760981

CDU: 316.334.56(81)

---

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária CRB-7/6439

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES - IPPUR/UFRJ  
Coordenação Geral: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro  
Av. Pedro Calmon, 550, sala 537, 5º andar - Ilha do Fundão  
Cep 21.941-901 - Rio de Janeiro, RJ  
Tel/Fax 55-21-3938-1950  
www.observatoriodasmetropoles.net

LETRA CAPITAL EDITORA  
Telefax: (21) 3553-2236/2215-3781  
[letracapital@letracapital.com.br](mailto:letracapital@letracapital.com.br)

*Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro*  
ORGANIZADOR

As metrópoles e o  
capitalismo financeirizado



LETRCAPITAL



# Sumário

<b>Nexos Financeirização/Urbanização: construindo um marco teórico .....</b>	<b>7</b>
<i>Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro</i>	
<i>Igor Pouchain Matela</i>	
<i>Nelson Diniz</i>	
<i>Tarcyla Fidalgo Ribeiro</i>	
<b>Parte I – Financeirização, Capitalismo e Dependência</b>	
Crise de sobreacumulação global iniciando uma crise de civilização .....	63
<i>François Chesnais</i>	
O sistema-mundo capitalista e os novos alinhamentos geopolíticos no século XXI: uma visão prospectiva.....	89
<i>Carlos Eduardo Martins</i>	
Financierización en América Latina: implicancias de la integración financiera subordinada .....	119
<i>Annina Kaltenbrunner</i>	
<i>Juan Pablo Painceira</i>	
<b>Parte II – Financeirização, Capitalismo e Território</b>	
Financeirização e mercantilização à luz dos ciclos sistêmicos de acumulação e de urbanização .....	167
<i>Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro</i>	
<i>Nelson Diniz</i>	
Circuitos de extração: valor em processo e o nexo mineração/cidade .....	219
<i>Martín Arboleda</i>	
Máquinas de crescimento urbano – mas em que escala?..	245
<i>Neil Brenner</i>	
Metrópole, moeda e mercados. A agenda urbana em tempos de reemergência das finanças globais.....	275
<i>Jeroen Klink</i>	
A metrópole para além da nação: globalização e crise urbana.....	311
<i>Maurilio Lima Botelho</i>	

Urbanización del capital y difusión de ideologías urbanas en América Latina: la ciudad como máquina de crecimiento económico..... 339  
*Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro*  
*Marcelo Rodríguez Mancilla*

### **Parte III – Os Ajustes Regulatórios da Ordem Urbana Brasileira**

Inflexão ultraliberal e a financeirização da ordem urbana brasileira: explorando algumas hipóteses..... 371  
*Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro*

Capitalismo sob dominância financeira e a terra urbana – uma análise do caso brasileiro a partir da regulação fundiária ..... 419  
*Tarcyla Fidalgo Ribeiro*

A financeirização do Estado por meio da securitização de ativos no Brasil..... 443  
*Igor Pouchain Matela*  
*Nelson Diniz*

### **Parte IV – Estudos de Caso**

Grupos econômicos e acumulação urbana na cidade do Rio de Janeiro: Odebrecht e Carvalho Hosken ..... 489  
*Lucas Faulhaber*  
*Hipolita Siqueira*

Arranjos Multiescalares da atividade imobiliária e a (re)produção da metrópole ..... 519  
*Alexandre Yassu*

Parceria público-privada para construção de moradia popular: fundamentos institucionais para a expansão do mercado de habitação em São Paulo ..... 551  
*Alvaro Luis dos Santos Pereira*  
*Gabriel Maldonado Palladini*

**Parte V – Roteiro de leituras a partir da experiência do Grupo Metrópole, Estado e Capital: bibliografia comentada..... 583**

# Nexos Financeirização/Urbanização: construindo um marco teórico

*Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro*

*Igor Pouchain Matela*

*Nelson Diniz*

*Tarcyla Fidalgo Ribeiro*

O presente livro reúne os resultados do trabalho coletivo de pesquisa e reflexão realizado pelos integrantes do **Grupo de Pesquisa Metrópole, Estado e Capital**, criado em 2015, no âmbito do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia **Observatório das Metr poles**. Na origem, a principal justificativa para a cria o deste grupo deveu-se ao interesse dos seus integrantes em estabelecer um diálogo teórico e analítico entre a matriz teórica braudeliana-arrighiana<sup>1</sup> e o pensamento crítico presente no campo dos estudos urbanos e regionais. Ao fazê-lo, buscávamos alternativas de interpreta o sobre as conexões entre as transforma es do capitalismo, em curso desde os anos 1970, e os processos de reestrutura o urbana-regional em suas variadas dimensões, como a econ mica, social, política e cultural.

Os capítulos resultam da produ o dos seus integrantes e de autores e autoras com quem mantivemos intera es intelectuais, diretas ou indiretas, compartilhando indaga es, análises e inquieta es teóricas.

A unidade do livro   dada pelos marcos teóricos, analíticos e empíricos construídos pelo grupo a partir da leitura e discussão sistemáticas de vasta bibliografia, nacional e internacional, em

---

<sup>1</sup> Por matriz teórica braudeliana-arrighiana entendemos as correntes constituídas em torno do conceito de capitalismo histórico, inspiradas pelas obras de Fernand Braudel e cujos mais renomados expoentes são Giovanni Arrighi, Immanuel Wallerstein, Samir Amin, Janet Abu-Lughod, André Gunder Frank, entre outros. No Brasil e na América Latina, são conhecidos representantes dessa matriz teórica Theotônio dos Santos, Carlos Eduardo Martins, Marcelo Arend, entre outros. Mais adiante explicitamos a maneira pela qual maneamos essa matriz teórica em nossa investiga o.

torno da dimensão financeira da atual lógica rentista do capitalismo. Bibliografia que considera, ainda, as possíveis expressões dessa lógica na dinâmica da produção do espaço urbano. Portanto, os textos aqui reunidos dialogam com as várias correntes do pensamento crítico organizado em torno da hipótese da financeirização do capitalismo pós-1970. Segundo a literatura sobre o tema, a financeirização não se resume à esfera da economia, mas atinge em múltiplas escalas os domínios da vida social, política e mesmo cotidiana. É isso que sugere, por exemplo, o argumento de Aalbers (2015), cuja obra tem grande influência nesse debate e no campo dos estudos urbanos, ou de Braga (1997), para quem a financeirização representa o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo<sup>2</sup>.

A literatura sobre financeirização se multiplicou e se diversificou em suas abordagens após a crise de 2007-2009, passando a ter enorme influência em diversas disciplinas das ciências sociais e promovendo incontestáveis avanços na investigação dos atributos do capitalismo contemporâneo. Até então era um tema pouco presente na agenda de pesquisa do campo dos estudos urbanos, tanto no Brasil quanto nos demais países da América Latina. É pioneira a pesquisa de Fix (2007) sobre os fundamentos financeiros da conversão de São Paulo em uma cidade global, mas até então a financeirização urbana, propriamente dita, era uma questão marginal e pouco teorizada. Por outro lado, as principais investigações sobre a reestruturação das cidades latino-americanas e sua correspondência com as características do capitalismo contemporâneo pautavam-se, muito mais, pelos

<sup>2</sup> Aalbers (2015) define a financeirização do seguinte modo: “Dominância crescente de atores, mercados, práticas, medidas e narrativas financeiras, em múltiplas escalas, resultando na transformação estrutural das economias, das corporações (incluindo instituições financeiras), dos Estados e das famílias” (p. 214, tradução nossa). Braga (1997), por sua vez, considera a financeirização como o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo porque “ela não decorre apenas da práxis de segmentos ou setores – o capital bancário, os rentistas tradicionais –, mas, ao contrário, tem marcado as estratégias de todos os agentes privados relevantes, condicionando a operação das finanças e dispêndios públicos, modificando a dinâmica macroeconômica” (p. 196). Enfim, para o autor, a financeirização é intrínseca à configuração contemporânea do capitalismo, manifestando-se “nas finanças das famílias (até porque seus rendimentos provenientes do trabalho vêm sofrendo limitações), nas finanças empresariais, na rentabilidade dos financistas e nas finanças do Estado” (p. 227).



processos de globalização e neoliberalização. O que não significa que a problemática da dominância financeira estivesse completamente ausente, uma vez que temas e termos tais como globalização financeira já eram objeto de atenção.

Como observa Lapavitsas (2013), o fenômeno sublinhado pelo conceito de financeirização remete a alguns dos atributos mais importantes da globalização, a exemplo do alcance global dos mercados de capitais, dos fluxos de empréstimos e da esfera de atuação das instituições financeiras. Ao mesmo tempo, as reflexões sobre o neoliberalismo dificilmente escapam da alusão à proeminência dos capitais de aplicação financeira, como é o caso da abordagem de Duménil e Lévy (2014) ou de Harvey (2008b).

Enfim, como sugerem autores como Epstein (2005) e Foster (2007), globalização, neoliberalização e financeirização formam uma tríade de conceitos/processos inter-relacionados que indicam os traços gerais da atual fase de desenvolvimento do capitalismo. Mas, como defendido por Christophers (2015), podemos constatar na literatura sobre as transformações do capitalismo produzida nos anos 1990, 2000 e 2010 a sucessão da predominância de cada um desses conceitos.

Assim, diga-se novamente, apenas depois da crise de 2007-2009, trabalhos como os de Royer (2009), Fix (2011), Sanfelici (2013), Pereira (2015), Rolnik (2015), Shimbo (2016) e Rufino (2017) passaram a utilizar, com mais frequência, o conceito de financeirização para interpretar as dinâmicas recentes da produção social do espaço urbano no Brasil. Trabalhos dedicados sobretudo aos mercados imobiliários residenciais e ao tema dos chamados grandes projetos de reestruturação urbana impulsionados, principalmente, pelo intenso ciclo dos megaeventos esportivos. Ao mesmo tempo, surgem os primeiros esforços de revisão e sistematização da literatura nacional e internacional sobre a financeirização, como, por exemplo, os de Klink e Barcelos de Souza (2017) e de Ribeiro e Diniz (2017), ambos inseridos em uma edição de *Cadernos Metrópole* especialmente dedicada ao debate sobre a dominância financeira. Cabe destacar, ainda, a obra organizada por Shimbo e Rufino (2019), que consiste numa seleção de trabalhos apresentados no seminário internacional “Financeirização e estudos urbanos: olhares cruzados Europa e América

Latina”, realizado em maio de 2018 no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP).

Nos demais países da América Latina ocorreu algo semelhante, uma vez que os primeiros estudos aludindo mais frequentemente à *financiarización urbana* são posteriores à crise de 2007-2009. Dentre eles, podemos ressaltar, por exemplo, os de Pineda (2011), Daher (2013a; 2013b; 2014), Cetre (2015), De Mattos (2014; 2016), Martínez-Toro (2016) e Socoloff (2019). Estudos apresentados em um contexto que, na escala continental, acompanhou a expansão da literatura internacional sobre a financeirização em geral e a urbana em particular.

Em articulação com esse movimento acadêmico, nosso Grupo de Pesquisa MetrÓpole, Estado e Capital resolveu desdobrar o investimento anterior realizado em torno dos temas da globalização e da neoliberalização. Para tanto, nos emprenhamos em compreender teoricamente o tema da financeirização, seus impactos e possíveis desdobramentos nas dinâmicas urbanas e metropolitanas. Partíamos de um relativo incômodo intelectual a respeito do modo como a hipótese da financeirização vinha sendo absorvida na América Latina e no Brasil.

Por exemplo, à semelhança do que ocorreu com a globalização, achávamos existir certo mecanicismo na maneira como as reflexões acerca da financeirização eram transferidas para o contexto periférico. Em geral, a dominância financeira tendia a ser interpretada como uma ideia autoevidente e uma transformação do capitalismo cuja amplitude e profundidade modificava direta e plenamente o funcionamento da economia, a reprodução da sociedade e a reestruturação das cidades e dos territórios latino-americanos. O que, em nossa opinião, exigia, no mínimo, a construção de mediações teóricas e históricas.

Além disso, nosso incômodo foi reforçado pelo contato com os argumentos de Christophers (2015), para quem a influência crescente do conceito de financeirização, apesar dos avanços, também resultou em uma relativa imprecisão, em termos de delimitação do fenômeno. Segundo o autor, o balanço da vasta, crescente e diversificada literatura sobre o tema indica a existência de uma espécie de *buzzword*. Ou seja, tanto a emergência de um “chavão”, de um “lugar-comum” nas formas de compreensão da

dominância financeira, quanto uma “bagunça” conceitual que, no extremo, pode diminuir a capacidade de mobilizar essa ideia para oferecer uma crítica do capitalismo e uma explicação de distintos processos societários.

Em sua revisão da literatura anglo-saxônica, Christophers (2015) faz alusão aos limites analíticos, teóricos, estratégicos, ópticos e empíricos da financeirização.

Os limites analíticos correspondem aos riscos de fragmentação do conceito, de comprometimento de sua coerência básica e redução de seu poder explicativo, especialmente em virtude de sua acelerada e demasiada expansão, sem maiores rigores em termos da definição e do alcance desse mesmo conceito. Os limites ditos teóricos referem-se à maior ou menor profundidade de *insights* genuinamente novos produzidos pelo discurso em torno da financeirização. Os limites estratégicos, por sua vez, apontam que os retornos positivos do investimento nesse discurso devem diminuir rapidamente, tendo em vista, por exemplo, que as pesquisas acerca da financeirização desencorajaram e obstruíram outras investigações sobre as finanças de importância igual ou, talvez, maior, como as que concernem aos seus fundamentos monetários e aos seus vínculos com os poderes estatais e territoriais. Os limites ópticos assinalam que as escalas espaço-temporais acionadas para compreender a financeirização costumam exagerar a magnitude e a novidade histórica desse processo. Por fim, os limites empíricos ressaltam que as narrativas sobre a dominância financeira tendem a designá-la como uma tendência linear, ininterrupta e inelutável.

O investimento do Grupo de Pesquisa MetrÓpole, Estado e Capital, na forma de leitura da bibliografia, produção de dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicação de artigos e apresentação de comunicações em eventos científicos – culminando no presente livro –, teve como objetivo contribuir nesse debate teórico e conceitual, buscando a construção de marcos de reflexão sobre a dominância financeira que ajudassem a superar aqueles limites. Nesse sentido, começamos a mapear e compreender as distintas matrizes teóricas que dão sentido à financeirização, como as leituras marxistas, keynesianas,

pós-keynesianas, regulacionistas, histórico-estruturais, as análises do sistema-mundo, dentre outras. Algumas das quais foram incorporadas, ao longo do tempo, à nossa própria maneira de compreendê-la, marcadamente influenciada pelo contato com a matriz braudeliana-arrighiana.

No decorrer da nossa investigação, incorporamos também, como marco teórico orientador das nossas reflexões, o debate sobre a característica rentista assumida pela atual fase da expansão do capitalismo. Fizemos isso em razão da sua afinidade com aquela matriz teórica e por oferecer um quadro de compreensão mais amplo do fenômeno da financeirização. Explícitemos os fundamentos dessa escolha.

## Capitalismo histórico, rentismo e financeirização

Em consonância com Paulani (2013), podemos dizer que a definição do capitalismo financeirizado, apesar do que possa parecer, não é dada, prioritariamente, por sua dimensão especulativa. Isso porque a especulação generalizada deveria ser compreendida, ao contrário, como “um subproduto derivado da recorrente formação de bolhas de ativos provocada pelo crescimento descontrolado da riqueza financeira” (p. 254). Assim, em que pese a importância dessa dimensão, a autora destaca o rentismo, e não a especulação, como a mais decisiva característica da etapa atual de desenvolvimento do capitalismo. Perspectiva semelhante à de Braga (1997), que reconhece que o “jogo e a especulação se tornaram sistêmicos”, mas que sublinha, principalmente, a institucionalização do rentismo, “no sentido de que parece responder a necessidades sociais básicas (urdidadas pelo dinheiro como capital), identificável em códigos de conduta, com caráter de relativa permanência” (p. 227).

Acompanhando os pressupostos da economia política marxista, em particular os que se encontram no Livro III de *O capital*, a interpretação de Paulani (2013) sugere que os rendimentos obtidos pelo capital podem ser divididos em duas categorias. De um lado, os que derivam da propriedade, isto é, do capital que está *fora* do processo de produção e busca retornos na forma de juros, rendas e dividendos. De outro, os que são

formados *dentro* do processo de produção, assumindo a forma do lucro propriamente dito.

O primeiro caso refere-se, por exemplo, aos empréstimos concedidos pelos proprietários do dinheiro aos capitalistas funcionantes – tal como Marx denominou os agentes que operam diretamente na esfera da produção –, aos retornos oriundos da propriedade da terra, de ações, de títulos, dentre outros ativos. O segundo, à organização e controle de processos produtivos determinados, quer dizer, à combinação da propriedade dos meios de produção com a exploração do trabalho, resultando na criação de excedentes na forma de mais-valia (lucro).

Atualmente, haveria uma centralidade dos mecanismos de acumulação que se baseiam na lógica descrita para o primeiro caso. Ou seja, no que tange às atividades dos principais agentes capitalistas, os rendimentos derivados da propriedade estariam se tornando cada vez mais importantes, em detrimento dos que se originam na produção. Em outras palavras, hoje, o poder capitalista estaria “crescentemente articulado em torno a pagamentos de rendas, sejam elas provenientes da exploração de recursos naturais, da criação de monopólios, da existência de diferenciais de produtividade, ou das mais diferentes formas de *rent seeking*” (PAULANI, 2016, p. 526). A autora chega mesmo a afirmar que “o capital terceirizou a exploração, delegou a outrem o trabalho de comandar a expropriação, deixou de lado o lucro e instalou-se confortavelmente nos espaços sociais que lhe garantem ganhos” (p. 533-534).

Note-se que, à semelhança de leituras como a de Chesnais (2002; 2016), a autora sustenta que a financeirização não anula o trabalho social como fundamento do valor, e, portanto, não deixa de considerar o juro e a renda como categorias distributivas da mais-valia, criada na esfera da produção. Sua análise apenas indica uma predominância cada vez maior da externalidade, do comando da acumulação capitalista de *fora* do processo de produção, permitindo-lhe defender, diga-se novamente, que o rentismo, “definido como o movimento de valorização do valor que tem como causa a mera propriedade” (PAULANI, 2013 p. 254), é a chave fundamental de compreensão das dinâmicas do capitalismo contemporâneo.

Essa forma de definir a centralidade contemporânea do rentismo tornou-se fundamental para o desenvolvimento de nossas investigações, uma vez que passamos a considerar, à luz da matriz braudeliana-arrighiana, que o capitalismo é a camada superior não especializada da vida econômica, cujo fim é transformar dinheiro em mais dinheiro (D-D'), seja na forma de lucro ou renda. Quer dizer, hoje, e talvez isso seja verdadeiro para outros momentos, o rentismo é “constitutivo do processo de acumulação, e não um ‘pecado contra a acumulação’, como chegou a ser interpretado pela economia política quando de seu nascimento” (PAULANI, 2016, p. 526). Ainda que continue sendo necessário encontrar as atuais correspondências entre o que ocorre na esfera da busca e captura de rendas e o que é próprio da esfera da produção.

No que concerne à financeirização, constatamos que as distintas abordagens podem ser classificadas, a princípio, segundo duas maneiras básicas de enfrentar o debate. Por um lado, existem as perspectivas mais comprometidas com uma espécie de teoria geral das atuais transformações do capitalismo. Por outro, há as que se referem a essas transformações como algo dado e que não precisa, necessariamente, ser problematizado em termos teóricos. Desde o início, procuramos escapar desse segundo viés. Nossas primeiras aproximações ao debate, sobretudo a partir do contato com a literatura a respeito da financeirização urbana, indicaram, precisamente, a necessidade de maior rigor teórico e conceitual.

Tal como ressaltou Christophers (2015) sobre os limites do debate da financeirização, sustentamos não só o imperativo de ampliar a teorização acerca desse conceito, mas também a possibilidade de o tratar segundo alguns âmbitos de análise fundamentais, como o da financeirização da governança corporativa, da vida cotidiana, do Estado e da propriedade imobiliária. Interessante-nos, acima de tudo, esse último âmbito, uma vez que nossas preocupações centrais giram em torno dos impactos da dominância financeira nas dinâmicas urbanas e metropolitanas.

Ademais, nossas pesquisas têm sido pautadas por outras questões básicas, referidas, por exemplo, às narrativas e ideologias legitimadoras da financeirização, aos modos como ela se

realiza na periferia do sistema-mundo e às relações entre mercantilização e financeirização. Todas elas mediadas, repita-se, pela ênfase nas dimensões da produção social do espaço, do uso e da apropriação dos territórios.

Enfim, levando em conta o que foi dito até aqui, o principal objetivo desta publicação é apresentar os resultados da nossa investigação teórica, supondo que isso possa contribuir com o desenvolvimento do debate sobre a financeirização, em especial no campo dos estudos urbanos. Esse objetivo explica, por exemplo, o fato de incluirmos, ao final do livro, resumos dos artigos e obras que foram objeto dessa investigação. Com esses resumos e com o que é dito a seguir, oferecemos um mapa do nosso percurso e do repertório de ideias, conceitos e análises presentes no debate em questão.

## Mapa do percurso: à busca de fagulhas inspiradoras

Em nossa opinião, a compreensão mais delimitada e precisa da financeirização depende do que entendemos como capitalismo no campo do pensamento crítico, fundado, notadamente, na perspectiva marxista<sup>3</sup>. Nesse aspecto em particular, há ao menos três posições distintas, ainda que relativamente convergentes. Posições expressas nos seguintes conceitos: i) de modo de produção, que remonta à obra do próprio Marx; ii) de regime de acumulação e de modo de regulação, elaborados, originalmente, pela escola da regulação francesa, mas utilizados por autores marxistas, como Chesnais (2002); e iii) de capitalismo como sistema histórico mundial, de viés braudeliano e trazido para o debate sobre a dominância financeira contemporânea por Arrighi ([1994] 2003).

O reconhecimento dessas três posições também foi um ponto de partida de nossa pesquisa, tendo sido mobilizados autores e obras representantes de cada uma delas. Tomamos como referência básica o diálogo entre essas vertentes, mas

---

<sup>3</sup> A alusão ao marxismo não é arbitrária, pois, como observa Lapavistas (2013): “A financeirização [...] tem origens marxistas e suas marcas de nascença permaneceram evidentes mesmo quando o termo foi empregado por diferentes tradições intelectuais” (p. 19, tradução nossa).